

As inundações na Região das Ilhas de Porto Alegre/RS: considerações sobre resiliência e resistências frente às mudanças do clima

Floods in the Porto Alegre/RS Islands Region: considering “resilience” and resistance to climate change

Solana Irene Loch Zandonai ¹

Resumo

Nos últimos anos, as cidades passaram a representar um protagonismo de ação no debate sobre as mudanças climáticas, destacando a importância de estudos que as tenham como locus de análise. O objetivo deste artigo é propor uma análise dos documentos oficiais do projeto “Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre”, sobre a experiência das inundações na Região das Ilhas de Porto Alegre/RS. O projeto é uma parceria da Prefeitura e do Banco Mundial, que contou com a participação da comunidade local. Buscamos, assim, identificar abordagens sobre as inundações e sobre as mudanças climáticas na cidade. Entendemos o contexto do Antropoceno como plano de fundo dos efeitos desiguais da mudança do clima. A problematização se constrói a partir da crítica sobre as noções de resiliência, vulnerabilidade, justiça climática e as possibilidades de uma agenda política municipal para enfrentar os efeitos da mudança do clima. Como resultado, salientamos os problemas da incorporação da gramática da resiliência e apontamos para possíveis lacunas nas agendas de pesquisas sobre a temática, que problematizem escalas locais e globais de ação.

Palavras chaves: Porto Alegre. Inundações. Resistência. Local.

Abstract

Cities in recent years have come to represent a leading role in the debate on climate change, highlighting the importance of studies that have these as the locus of analysis. The objective of the article is to propose an analysis of the official documents of the project “Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre”, on the experience of the floods in the Islands’ Region of Porto Alegre/RS. The project is a partnership between the City Hall and the World Bank, with the participation of the local community. We, therefore, seek to identify approaches to flooding and climate change in the city. We understand the context of the Anthropocene as a background for the unequal effects

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM) da Universidade de Brasília. Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: solana.irene@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1499-0290>.

of climate change. The problematization is built from the critics about resilience, vulnerability, climate justice, and the possibilities of a municipal agenda to face the effects of climate change. The results indicate the problems of incorporating the grammar of resilience and we point to possible gaps in the research agendas on the theme, which problematize local and global scales of action.

Keywords: Porto Alegre. Floods. Resistance. Local.

Introdução

As cidades ocupam lugar central quando o tema é mudanças climáticas (PBMC, 2016). Dados apontam que Porto Alegre (PoA), a capital do estado do Rio Grande do Sul, será impactada pelo agravamento das mudanças do clima. Segundo previsões do Painel Intergovernamental para as Mudanças do Clima - IPCC, a Região Sul do Brasil sofrerá com o aumento de eventos extremos. Análises apontam para um aumento no volume de chuvas e secas, situações que já vêm ocorrendo em todo o estado. Os eventos extremos causados pelas mudanças climáticas têm se intensificado no mundo e não atingem a todos da mesma maneira. Populações localizadas em climas tropicais e de maior vulnerabilidade socioeconômica serão as mais atingidas pelos danos climáticos, com situações de secas e inundações, assim como risco de insegurança alimentar (IPCC, 2014).

O presente artigo busca problematizar as articulações em torno das mudanças climáticas em Porto Alegre/RS, tendo como base a experiência das inundações¹ na Região das Ilhas. Em 2019, o Banco Mundial (BM) publicou o “Relatório Final Fase I – Aspectos Sociais”² da pesquisa “Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre”. O Relatório trata de uma análise dos efeitos da inundação nas comunidades da Região das Ilhas e de Humaitá-Navegantes, fundamentada em sete categorias: vida familiar; saúde; moradia; bens e meios de subsistência; acesso a itens básicos; educação; e aspectos sentimentais e qualidade de vida.

A pesquisa provém da participação do município no “Desafio 100 Cidades Resilientes”, promovido pela Fundação Rockefeller, sendo um projeto responsável por outras intervenções na cidade, como a revitalização do 4º Distrito, que tem sido objeto de análises (MARX et al., 2019). O estudo, que reúne dados qualitativos e quantitativos sobre a situação pré-evento (inundação), durante o evento e pós-evento, tinha como objetivos: entender os impactos sociais e econômicos da inundação; e promover a percepção do risco ambiental nas comunidades. Com a publicação dos resultados do estudo, fica evidente a complexa situação implicada a partir das

mudanças climáticas. Os envolvidos na pesquisa, além do Banco Mundial e da Prefeitura de Porto Alegre, são o *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery* (GFDRR) e a Agência de Cooperação do Japão (JIPA), enquanto patrocinadores. A presença de tais instituições configura um amplo cenário acerca das relações entre elas e o local.

Com o objetivo de identificar como as mudanças climáticas operam na Região das Ilhas de Porto Alegre, realizamos a leitura sistemática e posterior análise de conteúdo do “Relatório Fase I” (2019) do Banco Mundial. Na leitura, destacamos os atores envolvidos, os resultados apresentados pelo estudo, e as narrativas sobre resiliência e vulnerabilidade. Os dados apresentados aqui compõem um recorte dentro das possibilidades de análise do problema de acordo com os objetivos e conceitos propostos.

Desse modo, entendemos a configuração dos desastres de inundação como próprios ao Antropoceno e nos questionamos sobre o papel de Porto Alegre e das comunidades das Ilhas nesse contexto. Com o plano de fundo de que a mudança do clima não afeta a todos da mesma maneira, foi necessário um olhar crítico sobre o estudo promovido, a partir da literatura sobre resiliência e vulnerabilidade (BUTLER, 2016; BRACKE, 2016). Sarah Bracke (2016) relembra a polissemia sobre o conceito de *resiliência* e analisa o contexto em que programas sobre esta foram promovidos. A autora destaca como, nas lógicas neoliberais das relações entre atores do Norte Global e do Sul Global, outras agências para os “sujeitos resilientes” são impedidas (BRACKE, 2016, p. 58).

O presente texto está organizado em diferentes seções. Em um primeiro momento, buscamos introduzir características das Ilhas em Porto Alegre, assim como a relação da temática de cidades e mudanças climáticas. Em um segundo momento, buscamos problematizar a noção de resiliência apresentada pelo Relatório, discutindo limites e possibilidades do uso desta gramática. Por último, destacamos a noção de vulnerabilidade e justiça climática - em especial, como estas se apresentam em contextos como os do objeto da pesquisa.

A situação das Ilhas e as inundações de Porto Alegre

O que acontece na Região das Ilhas de Porto Alegre, conforme o “Relatório Fase I - Aspectos sociais” aponta, configura uma situação de vulnerabilidade em função da inundação e do contexto socioeconômico das comunidades. Os sujeitos se encontram na zona periférica da cidade, concentram índices de pobreza altos e são providos de pouca infraestrutura para lidar com as inundações. O estudo do Banco Mundial engloba duas regiões da cidade: Região das Ilhas e Região Humaitá-Navegantes. Para fins de análise neste artigo, priorizamos a realidade

da Região das Ilhas, por ser a região mais afetada de acordo com o próprio relatório (BANCO MUNDIAL, 2019).

É importante lembrar que as Ilhas são compostas por uma grande diversidade biológica. O arquipélago de Porto Alegre compreende quatro ilhas habitadas e faz parte da Unidade de Conservação Parque Estadual Delta do Jacuí. A ocupação dessa área remonta ao início do século passado e esteve associada às atividades pesqueiras, agrícolas, industriais e comerciais da região (ILHAS, 2019). O histórico de ocupação da área é antigo: existe uma comunidade de pescadores na área, mas os moradores entrevistados no estudo reconhecem que a partir de 1970 e 1980 um novo grupo chegou ao local por causa de reassentamentos forçados em outros bairros da cidade. Há também uma pequena menção no Relatório que identifica a passagem de povos indígenas nômades na região. O estudo do Banco Mundial (2019), aponta a Região das Ilhas como a mais desfavorecida da cidade em termos de proporção de domicílios pobres: “32% contra uma média de 10% em Porto Alegre” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 25). Entretanto, aponta também “maior sentimento de pertencimento ao lugar e à comunidade, as Ilhas têm características insulares de natureza e relações comunitárias mais próximas, um ambiente que as diferenciam dos bairros de Porto Alegre” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 25).

Em suas margens, as ilhas possuem áreas de matas, normalmente secas, que desempenham papel de filtro natural na melhoria da qualidade da água e protegem contra as cheias nos locais banhados pelo Delta do Jacuí e pelo Lago Guaíba; já na porção interior, são compostas por banhados inundados pelas variações do nível dos rios (CHIAPETTI, 2005). Segundo o Relatório, “hoje as Ilhas configuram uma região insular acessível por transporte terrestre desde o continente. Trata-se de uma área de 44 km² (9% da área de Porto Alegre) semiurbanizada, com 8.330 habitantes” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 25).

Se a previsão é de maiores inundações, por exemplo, a situação das Ilhas ganha protagonismo. A pesquisa objeto de análise deste trabalho (BANCO MUNDIAL, 2019) abre espaço para a crítica da articulação de governos municipais e instituições internacionais, ao mesmo tempo que lembra a complexidade das relações locais. A partir dos dados expostos, torna-se necessário destacar a emergência das mudanças climáticas como um agravamento de condições de vida.

A maioria das cidades brasileiras, por exemplo, não estão preparadas para a ocorrência de eventos climáticos relacionados às mudanças do clima (MARGULIS, 2017). Algumas cidades apenas contam com planos de minimização de desastres, e em sua maioria são respostas reativas da Defesa Civil. Nesse sentido, Pinheiro et al. (2016) destacam a preocupação da literatura com a vulnerabilidade às mudanças climáticas das cidades localizadas nos países “em

desenvolvimento”. Essas cidades, na visão dos autores, têm sofrido um aumento no risco de desastres, acentuando desigualdades e perdas humanas e econômicas. Tais perdas estão relacionadas ao crescimento desordenado de muitas cidades e à falta de planejamento, característica de muitas localidades brasileiras. Para Dickinson et al (2012), como citado por Pinheiro et al (2016), as áreas urbanas concentram riscos elevados, pois contam com a aglomeração de pessoas, empreendimentos e infraestrutura.

Junto com sua crescente vulnerabilidade financeira como resultado da globalização, os pobres que residem nas cidades do mundo em desenvolvimento também estão entre os grupos mais vulneráveis às mudanças climáticas. Muitos entre os pobres urbanos vivem em favelas e áreas marginais localizadas em áreas precárias, como encostas de morros, como as favelas [...] ou em várzeas sujeitas a inundações (O'BRIEN e LEICHENKO, 2000, p. 239, tradução nossa).

A cidade de Porto Alegre ainda não incluiu a questão climática como uma das pautas centrais para o planejamento urbano. O estado do Rio Grande do Sul elaborou estratégias no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima, mas elas ainda se encontram incipientes ou sem nenhuma operacionalização. Além disso, cabe destacar que o Plano Diretor da cidade de Porto Alegre não faz menção às mudanças climáticas, assim como ocorre em outras cidades brasileiras. Esse mesmo Plano Diretor está em processo de revisão até o ano de 2023 e nos alerta para a necessidade de discutir e atualizar tais temáticas, assim como propor possibilidades a partir de estudos já realizados.

Antropoceno, resiliência e resistência: leitura crítica do Relatório Fase I

O estudo “Convivendo com as inundações” e o “Relatório Fase I” são produtos das articulações ao redor das mudanças climáticas. Enxergamos o Antropoceno, assim como outras nomenclaturas postas adiante, como um interessante campo de discussão sobre os efeitos da mudança do clima. Marisol de la Cadena (2018), em um esforço para entender o que significa essa nova era geológica no contexto da América Latina, elabora sua crítica sobre o Antropoceno. A antropóloga peruana se refere aos pontos cegos nos dissensos e equívocos das disputas em torno da natureza. Em seus estudos, Cadena interpreta o extrativismo como a expressão corporificada do Antropoceno (CADENA; BLASER, 2018). Considerando seu caráter de exploração, a autora fala que, paradoxalmente, é o Antropoceno que pode dar fim ao Antropoceno. Quando pensamos a situação das Ilhas sob a perspectiva do Antropoceno, de Cadena, o que surge enquanto expressão corporificada do Antropoceno? A autora ainda coloca que “contadas com ênfase no local, as narrativas podem expor complexidades que desestabilizam gramáticas lineares e levam conceitos a seus limites” (CADENA, 2018, p. 111).

Com o objetivo de trazer a atenção para a Região das Ilhas de Porto Alegre, analisamos o vocabulário empregado na pesquisa “Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre”. Propomos, a seguir, uma análise dos termos resiliência e vulnerabilidade com base na crítica de Sarah Bracke (2016). O objetivo de Bracke (2016, p. 58) com o conceito de resiliência não é entender como o sujeito é mais ou menos resiliente, mas entender como surgem *sujeitos resilientes*. Para a autora, resiliência é condicionada ao risco, ou seja, passa a existir em função do desastre ou da ameaça do desastre e, assim, um sustenta o outro. A autora afirma que “se aquilo que é considerado a ameaça se mostrar resiliente e continuar a se recuperar, possivelmente se tornando mais forte do que antes, então a resiliência é um risco significativo” (BRACKE, 2016, p. 59, tradução nossa).

A partir dessa abordagem voltamos nosso olhar crítico à atuação do Banco Mundial junto às comunidades das Ilhas. De acordo com o Relatório, o estudo é um interesse mútuo entre Banco Mundial e Prefeitura para qualificação da resiliência na cidade. O documento aponta a definição de resiliência proposta pela Estratégia de Resiliência de Porto Alegre de 2016 como “a capacidade de indivíduos, comunidades, instituições, empresas e sistemas dentro de uma cidade de sobreviver, adaptar-se e crescer independentemente dos tipos de tensões crônicas e choques agudos que vivenciam” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 18).

Torna-se importante avaliar como apontado por Bracke (2016), quem são os sujeitos do conflito em torno de resiliência na lógica instaurada do neoliberalismo: de um lado estão os sujeitos do Norte global e, de outro, os sujeitos do Sul global. O livro publicado no mesmo ano em que a pesquisa “Convivendo com as inundações” foi desenvolvida, alerta para os interesses da instituição:

Instituições mundiais como o FMI e o Banco Mundial estão, atualmente, investindo em programas de treinamento para construir e aumentar a resiliência dos indivíduos, notadamente no Sul global, um investimento que pode ser entendido como uma forma de garantir que - estratégias criativas de sobrevivência sejam moldadas com segurança às necessidades da gananciosa economia global: um sujeito resiliente é aquele que pode absorver o impacto das medidas de austeridade e continuar a ser produtivo (BRACKE, 2016, p. 61, tradução nossa).

Segundo Sarah Bracke (2016), o que está por trás da resiliência é a lógica neoliberal do capitalismo. Isso fica claro quando a autora explica que resiliência é conceitualmente desenhada para superar a vulnerabilidade. Resiliência é, de certa forma, uma gramática mais aceitável, ao contrário do impacto que a vulnerabilidade causa. Ambos os termos são dialeticamente ligados, pois resiliência atua como uma estratégia de minimizar os vestígios da vulnerabilidade causada pela lógica neoliberal capitalista e domesticar seu poder transformador. Segundo o Banco Mundial,

[...] as condições de vulnerabilidade a desastres influenciam o grau das possíveis perdas ou danos a pessoas, bens, instalações e ao meio ambiente em decorrência de uma determinada ameaça. Refere-se aos atributos de uma pessoa ou grupo e da sua situação que influenciam a sua capacidade para antecipar, enfrentar, resistir e se recuperar do impacto de um risco natural. Assim, a vulnerabilidade é comumente relacionada a um conjunto de componentes ou fatores, entre eles sociais, econômicos, físicos e ambientais, que expressam condições específicas de vida (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 39).

O estudo focou em classificar o grau de vulnerabilidade de acordo com as seguintes categorias: vulnerabilidade física das residências e do entorno; vulnerabilidade socioeconômica da população; vulnerabilidade institucional e vinculada às relações comunitárias; e vulnerabilidade vinculada à percepção do risco. As diversas abordagens ao problema, contudo, resultaram em mapas muito similares da região, com convergência das áreas mais vulneráveis de acordo com as categorias. Apesar da importância em identificar as áreas mais afetadas pelas inundações, não encontramos abordagens mais aprofundadas sobre a origem das vulnerabilidades da população no estudo.

Sarah Bracke (2016) estabelece uma produtiva conversa com o texto “*Resisting Resilience*” (2013), de Mark Neocleous, sobre resistência e resiliência. Assim como Bracke, Neocleous (2013) considera que as organizações internacionais reconhecem resiliência como uma maneira de continuar perseguindo uma agenda neoliberal explícita e uma maneira para lidar com o desastre da crise do capitalismo global com pouco interesse na superação da origem do problema.

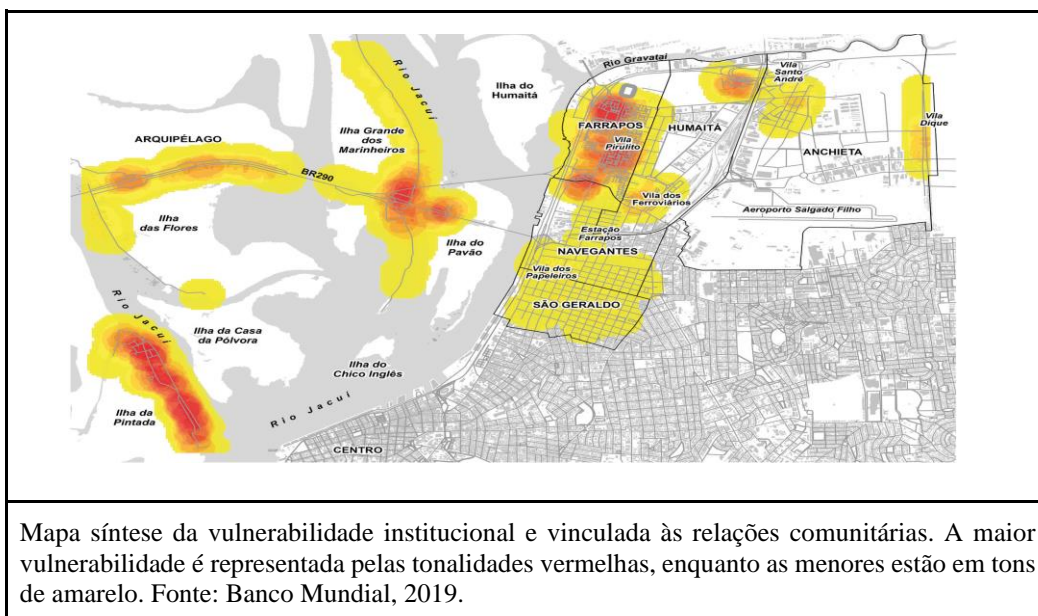
O mapa colocado adiante identifica a vulnerabilidade institucional e vinculada às relações comunitárias nas áreas do estudo com base nos seguintes indicadores: autorização do uso do solo para moradia segundo o Plano Diretor; (re)conhecimento de algum líder comunitário no bairro; frequência de participação nas atividades comunitárias; e tipo de comportamento quando precisa resolver alguma questão/problema com o governo. Ao serem apontadas as áreas de maior vulnerabilidade institucional e vinculada às relações comunitárias, enxergamos as mesmas áreas de vulnerabilidade física das residências e do entorno e vulnerabilidade socioeconômica da população.

Outro argumento, ao qual daremos mais foco, é sobre como, por trás da gramática da resiliência, ficam escondidas outras possíveis agências para os sujeitos. Baseada na teoria foucaultiana, Bracke (2016) fala que o modo de subjetificação da resiliência – o tornar-se resiliente – está nas práticas de formação ética do sujeito. O sujeito resiliente surge quando sente, ou é levado a sentir, que o código moral da resiliência se aplica a ele; então, atua conforme isso. De acordo com Bracke (2016, p. 63-64, tradução nossa), “resiliência não só é incitada pela desapropriação que ela procura superar, mas também, cria a desapropriação ao

desenvolvimento de habilidades e capacidades de imaginar outros mundos possíveis”. No caso do Relatório, é necessário considerar os limites para interpretação e análise das falas dos moradores das Ilhas, que são incorporadas ao texto para exemplificar os dados quantitativos.

Com base na crítica de Bracke (2016), chamamos atenção para as possibilidades de reprodução da ontologia neoliberal baseada na individualidade quando falamos de sujeitos resilientes. Também de acordo com a autora, tal lógica é contraposta a partir de uma ontologia social: baseada na relacionalidade e interdependência dos indivíduos. Nas “Considerações Finais” do Relatório (2019), a população atingida é colocada em espaço de evidência. Nessa parte, o estudo salienta que quem passa pelo evento da inundação é que pode falar sobre ele. Ao mesmo tempo, um dos destaques do Relatório se dá pelo espaço limitado a questões como protagonismo de lideranças e laços comunitários ao longo da análise. Sobre a vulnerabilidade das relações comunitárias,

[...] a pesquisa identificou um problema de representação e apoio aos líderes comunitários nas regiões, sendo que 39% das famílias interrogadas responderam não reconhecer um líder comunitário na sua região, e que 18% não souberam responder. Observa-se que o número de pessoas mencionadas como lideranças pelos entrevistados é grande, o que denota dispersão da representatividade destas pelo território, cada um representando uma parcela restrita da população, exceto em alguns casos como na ilha da Pintada onde as lideranças parecem mais consolidadas (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 44).



Segundo dados do Relatório, a pesquisa deu origem ao Grupo de Ação sobre Inundações e Alagamentos em Porto Alegre (GAIA), o qual seria responsável por manter relações estreitas com as lideranças e a participação comunitária. Logo após a publicação do Relatório, pudemos acompanhar muitas reportagens sobre a situação no local e a importância do GAIA, por

exemplo no site *El País* (CERATTI, 2019). Entretanto, em pesquisa exploratória para este artigo, não encontramos uma rede de comunicação acessível ao Grupo, tornando ainda mais difícil atividades a longo prazo. E também, provoca outras questões sobre como se dão as relações comunitárias locais.

Sarah Bracke questiona justamente o que entendemos como pertinente no momento de construir uma política de enfrentamento às mudanças do clima que tenha como material de apoio o estudo do Banco Mundial: “que tipo de agência é impedida ou tornada quase impossível através das disciplinas da resiliência?” (BRACKE, 2016, p. 63, tradução nossa). Tendo em vista a problemática por trás da resiliência, destacamos como imprescindível conhecer a qual preço as comunidades das Ilhas devem continuar sendo resilientes à inundação.

O arranjo apresentado a partir das inundações exemplifica as complexas relações frente ao capitalismo global e suas crises. A globalização faz com que as mudanças climáticas pertençam ao âmbito de uma crise da história humana e natural (CHAKRABARTY, 2013). Mais adiante, o Relatório (2019, p. 34) mostra que “os moradores da região admitem ter uma relação diferente com o ambiente, pois moram perto do rio e percebem quando a dinâmica do rio se modifica [...]”. A agenda de enfrentamento às mudanças climáticas carece de pesquisas sobre a relação dessas pessoas com elementos como o rio, e que também o coloque como agente dessas relações. Segundo o “Relatório Fase I”,

[...] quando perguntados como ficaram sabendo que a inundação ocorreria, 56% afirmaram reconhecer os sinais do fenômeno nos elementos da natureza, como observação das nuvens, do vento, do rio e do comportamento dos animais, entre outros fatores. O predomínio das respostas encontra-se nas Ilhas, com ênfase na ilha da Pintada (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 69).

Para Laidler (2006) como citado por Byg et al. (2006), o conhecimento local ajuda a promover o conhecimento das mudanças climáticas e seus impactos, “as observações das pessoas locais estão embutidas no contexto cultural local e social, que é tão importante na definição do resultado das mudanças ambientais (LAIDLER, 2006 apud BYG et al., 2006, tradução nossa). Nesse sentido, o conhecimento local pode contribuir para melhor compreender as mudanças climáticas e redirecionar focos de investigação para questões que muitas vezes são negligenciadas pela pesquisa científica.

Ao mesmo tempo, como aponta Nadasdy (1999), muitos projetos são pautados por uma noção em que os chamados conhecimentos locais acabam sendo apenas uma “fonte de dados” a ser incorporada nas burocracias já existentes, não configurando mudanças reais na elaboração dos projetos, ou fazendo mudanças somente quando elas corroboram com as afirmações científicas. Entretanto, é necessário pontuar o quanto “integrar” ao conhecimento científico e

“coletar e documentar” os dados das comunidades tradicionais tem se efetivado na realização das políticas. Como aponta Nadasdy (1999), a própria ideia de “integrar” e enquadrar os conhecimentos tradicionais impõe, automaticamente, um conjunto de ideias estruturalmente específicas sobre o conhecimento.

Existem também outras possíveis entradas ao problema para entender o contexto de vulnerabilidade e resiliência das Ilhas. Sarah Bracke (2016) narra, ainda, um terceiro sujeito das relações em volta da resiliência: a mulher. O que permite a crítica às lacunas da pesquisa “Convivendo com as inundações” na questão de análise com recorte de gênero, raça e outros marcadores de diferença capazes de expor níveis de brutalidade ainda maiores dos efeitos das mudanças climáticas.

O Capitaloceno e a distribuição desigual da vulnerabilidade

Um dos destaques do Relatório é sua opção em estender a noção de “afetados” pelos impactos sociais da inundação para além dos registros oficiais, como, por exemplo, em relação à perda de moradias. Abrange, em tal noção, famílias que tenham experimentado algum impacto em sua rotina. Mesmo que a água não tenha invadido sua residência, a pesquisa (BANCO MUNDIAL, 2019) busca identificar também impactos da inundação que tenham gerado efeitos em seu cotidiano. Por exemplo, mudanças nos laços de vizinhança, transporte e acesso à saúde. O que se percebe é que há um constante recomeço de vidas, com maior ou menor impacto em relação às inundações.

É necessário observar que essas estratégias de recomeço de vidas estão inseridas em um contexto complexo de desigualdades. Sabe-se que a era em que vivemos, o Antropoceno, ou como cita Haraway (2016), o Capitaloceno ou Plantationceno, são causados por um modo capitalista e colonialista que, nas últimas décadas, transformou o modo de viver no mundo. O que a literatura aponta é que não são “os responsáveis” pela tragédia que se avizinha os primeiros a serem atingidos, muito pelo contrário. Isso aparece na fala de um morador no Relatório sobre a situação do desastre: “foi o abalo emocional. Sério, ele é muito profundo. A gente tenta esquecer, mas aí chega ano que vem e volta tudo de novo. *Não adianta querer seguir em frente.*” (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 52, grifo nosso)

Recentemente, o LAC Clima e Periferia, do projeto *Perifa Connection*, publicou um volume destacando como, em casos de desigualdades, “a população é vulnerabilizada e não vulnerável por si só” (CONRADO et al, 2020). A justiça ambiental, como aponta Acsehrad (2010), está relacionada à noção de que grupos sociais distintos possuem diferentes

responsabilidades sobre o consumo de recursos naturais, assim como são desiguais os efeitos sentidos pelas alterações ambientais. O que gostaríamos de pontuar neste trabalho é como os efeitos das mudanças climáticas intensificam os processos de vulnerabilização de determinados grupos, ao mesmo tempo que essa discussão ainda parece não estar na centralidade na agenda política no Brasil.

Questões como essa são amplificadas ~~em questões~~ como a pandemia da covid-19, em que as Ilhas sofreram com inundações (PAGANELLA, 2020) ao mesmo tempo em que buscavam enfrentar a circulação do vírus. Os impactos da pandemia ainda nos convocam a pensar sobre o futuro e como essas lógicas de aprofundamento de desigualdades podem ou não permanecer. Assim como com a covid-19, os efeitos das mudanças climáticas não atingirão todos da mesma maneira, e sabe-se que as mesmas populações que já sofrem com impactos como as enchentes veem à amplificação dessas desigualdades. Por exemplo, como acessar à saúde em meio à uma situação de enchente, em que o transporte público fica prejudicado?

Em relação ao impacto de desastres socioambientais, Ailton Krenak, acerca do rompimento da Barragem da Samarco, em Minas Gerais, que atingiu o território onde Krenak vivia, destaca a violência do evento: "as pessoas adoeceram e alguns, ao longo do primeiro ano, morreram. Não porque a lama acertou a casa deles, mas acertou a sua ideia de lugar" (CANOFRE, 2020). A vida, assim descrita na reportagem, foi "atropelada", e parte disso passa não somente pelo evento em si, mas pelas marcas que ele deixou. Os desastres de inundação e as possíveis remoções que podem surgir disso têm, assim, elementos em comum: não são somente sobre a casa que vivem, mas também sobre os laços que possuem com a comunidade e sobre sua própria existência.

Milanez e Fonseca (2011) apontam que fenômenos de injustiça climática estão relacionados a eventos climáticos extremos; porém, como indicam os autores, o discurso da "justiça climática ainda não foi incorporado de forma consistente no país" (MILANEZ; FONSECA, 2011, p.2). Por ser um domínio de estudos das "ciências duras", o modo como as comunidades se relacionam com esses fenômenos é pouco narrado nas pesquisas. As políticas públicas para as mudanças do clima, por exemplo, não se aprofundam nem pontuam por que determinadas populações seriam vulneráveis ou não. E ainda, as estratégias formuladas não consultam amplamente as comunidades interessadas em seus processos de construção de diretrizes e ações.

A temática, portanto, desafia o campo das ciências sociais a encontrar elaborações que possam trazer respostas sobre a atualização e a urgência dos fenômenos. Temáticas como desigualdade, migrações, conflitos, situações que são clássicas para a sociologia, agora,

encontram novos imbricamentos e integram um corpo urgente de negociações sobre o clima. A literatura abordada no texto nos ajuda a refletir acerca dos processos de vulnerabilização, os quais acompanham de forma mais presente determinados grupos sociais. Nesse sentido, é interessante atentar para esses processos, assim como para as possibilidades de resistências que são configuradas a partir de eventos críticos ou processos de vulnerabilidade em contextos cotidianos. Analisar esses movimentos em meio à tessitura da vida torna-se uma tarefa importante para identificar as possibilidades de existências.

Conclusão

Nos últimos anos, tem sido possível verificar um movimento de protagonismo de políticas públicas climáticas a partir de municípios e estados, como é o caso de estratégias como Governadores pelo Clima e políticas locais de cidades brasileiras. Iniciativas como o Relatório, objeto de análise deste artigo, são essenciais para identificar possibilidades e questões em relação a temas como a inundação, que tornam possível a reflexão sobre o agravamento dos impactos climáticos. Mas, ao mesmo tempo, emerge a necessidade de refletir sobre qual a contribuição desses resultados e as possíveis iniciativas das comunidades estudadas, como é o caso das Ilhas.

Destacamos a necessidade de agendas de pesquisas mais aprofundadas no local, com base nas lacunas e nos limites da análise do Relatório do Banco Mundial e em outros trabalhos semelhantes. Tendo em vista a futura revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, assim como, a elaboração de políticas públicas e comitês para enfrentamento das mudanças climáticas. Ademais, relembremos a importância de devolutivas dos estudos à comunidade, para que, a partir dos resultados, ela possa elaborar estratégias e redes próprias que possibilitem o enfrentamento aos desastres.

Com este trabalho, buscamos problematizar a incorporação de gramáticas como a de “resiliência”, que, segundo Bracke (2016), coloniza os imaginários de transformação social dos atores. Nesse sentido, é possível perceber uma lacuna de estudos no que se refere às práticas locais de *resistência* aos desastres climáticos urbanos. Assim como, a necessidade do debate sobre justiça climática e atenção para o contexto das comunidades que tentam traçar um panorama de enfrentamento à mudança do clima em Porto Alegre/RS, construindo uma agenda política local.

Notas

[1] O “Relatório Fase I - Aspectos Sociais” diferencia: alagamento como sendo um fenômeno causado pela falta de infraestrutura urbana; inundação como um fenômeno causado pela cheia do rio; e enchente como uma nomenclatura popular utilizada pelos moradores para ambos os termos. Utilizaremos neste artigo o termo inundações por se tratar do fenômeno que acontece na Região das Ilhas em Porto Alegre. O Relatório indica que em ambas as áreas (Humaitá-Navegantes e Ilhas) ocorrem alagamentos (BANCO MUNDIAL, 2019, p. 33).

[2] Para fins de facilitar a leitura deste artigo, iremos nos referir ao “Relatório Fase I - Aspectos Sociais” apenas por Relatório.

Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>>. Acesso em março de 2020, p. 103-119

BANCO MUNDIAL. Relatório Fase I: aspectos sociais. Convivendo com as inundações: um estudo para construir resiliência com as comunidades de Porto Alegre. Porto Alegre, 24 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-resilience-living-with-floods-study-porto-alegre>>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

BRACKE, Sarah. Bouncing Back: vulnerability and resistance in times of resilience. In. BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Editoras). **Vulnerability in Resistance**. Durham. 2016. p. 52-75.

BUTLER, Judith. Rethinking Vulnerability and Resistance. In.: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Editoras). **Vulnerability in Resistance**. Durham. 2016. p. 12-27.

BYG, Anja; SALICK Jan. Local perspectives on a global phenomenon - Climate change in Eastern Tibetan villages. **Global Environmental Change**, vol. 19, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2009.01.010>>. Acesso em março de 2021, p. 156 - 166.

CADENA, Marisol de la. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, abril de 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i69p95-117>>. Acessado em: março de 2021. p. 95-117.

____BLASER, Mario (orgs.). **A world of many worlds**. Durham and London: Duke University Press, 2018

CANOFRE, Fernanda. 'A vida das famílias foi atropelada há cinco anos', diz Ailton Krenak sobre desastre no rio Doce. **Folha**, 31 de out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/a-vida-das-familias-foi-atropelada-ha-cinco-anos-diz-ailton-krenak-sobre-desastre-no-rio-doce.shtml>>. Acesso em março de 2022.

CARTER, Jeremy G. et al. Climate change and the city: Building capacity for urban adaptation. **Progress in planning**, v. 95, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.progress.2013.08.001>>. Acesso em março de 2021, p. 1-66.

CERATTI, Mariana Kaipper. Quando as inundações fazem parte da vida. **El País Brasil**, 4 de maio de 2019. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/03/economia/1556841383_494204.html>. Acesso em: 6 de março de 2019.

CHAKRABARTY, Dipesh. O Clima da História: quatro teses. *In.*: **Sopro**, n. 91, julho de 2013. Disponível em; <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>>. Acessado em: 9 de nov. de 2019.

CHIAPPETTI, Ademir. **Ocupação do Parque Estadual Delta do Jacuí**: conflitos de uso territorial. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CORANDO, Edlene; NAZAR, Leonildes; CAPELOBO, Walla. O que o antirracismo pode ensinar ao campo das mudanças climáticas? **Clima e Sociedade**, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.climaesociedade.org/post/racismo-e-mudancas-climaticas-perifaconnection>>. Acesso em março de 2022.

O'BRIEN, Karen L.; LEICHENKO, Robin M. Double exposure: assessing the impacts of climate change within the context of economic globalization. **Global environmental change**, v. 10, n. 3, 2000. Disponível em <[https://doi.org/10.1016/S0959-3780\(00\)00021-2](https://doi.org/10.1016/S0959-3780(00)00021-2)>. Acessado em março de 2021, p. 221-232,

HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom – Vulnerabilidade [online]**, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>>. Acesso em março de 2022.

ILHAS do Delta do Jacuí. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=16&p_secao=46>. Acesso em: 05 set. 2019.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate change 2014**: impacts, adaptation, and vulnerability. Summary for Policymakers. Switzerland, 2014.

MARGULIS, Sergio. Guia de Adaptação às Mudanças do Clima para Entes Federativos. **Relatório completo WWF**, Brasília-DF, 2017.

MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle de; SOUZA, Vitória Gonzatti. **Estratégia global-local e reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre**. Anais XVIII ENANPUR, 2019.

MILANEZ, Bruno et al. **Minas não há mais**: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Brasília: Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), 2019.

_____; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, 1(2),. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/teri.v1i2.17842>>. Acesso em março de 2021, p. 82–100.

NADASDY, Paul. The politics of TEK: Power and the "integration" of knowledge. **Arctic Anthropology**, p. 1-18, 1999.

NEOCLEOUS, Mark. Resisting Resilience. *In.*: **Radical Philosophy**, n. 178, março de 2013. Disponível em: <<https://www.radicalphilosophy.com/commentary/resisting-resilience>>. Acessado em: março de 2021. p. 1-7.

PAGANELA, Eduardo. Após chuva e enchente em rios, moradores das Ilhas temem alagamentos nas suas casas. **Gaúcha ZH**, 9 jul. 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/07/apos-chuva-e-enchente-em-rios-moradores-das-ilhas-temem-alagamentos-nas-suas-casas-ckcfaihh0028013grskgud9z.html>>. Acesso em março de 2021.

PBMC. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Ed.: Ribeiro, S.K., Santos, A.S. **PBMC**, COPPE – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil. 116p.

PINHEIRO, Tiago Cisalpino et al., Cidades Médias e vulnerabilidade às mudanças climáticas no Brasil: elementos para integração do debate a partir de estudos de caso. **ClimaCom – Vulnerabilidade [online]**, ano 3, n. 5, 2016.